

AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO
ÁREA DE HABILITAÇÃO CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO, ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO E ENGENHARIA DE SOFTWARE

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **1 (uma)** peça técnica e **4 (quatro)** questões subjetivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.

A peça técnica deverá ser respondida em até **60 (sessenta)** linhas e cada questão subjetiva, em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Nas folhas de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado nas folhas de textos definitivos.
- Confira o cargo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cargo diferente do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e **não** será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

PEÇA TÉCNICA

O Órgão Central de Controle Interno do Município Alfa identificou possíveis irregularidades em contratação realizada pela Secretaria de Segurança Pública, no bojo do Pregão Eletrônico nº XX/2026, encaminhando representação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina com os indícios dessas irregularidades de forma fundamentada. Autuada a representação, os autos foram encaminhados à unidade técnica responsável do TCE-SC, que identificou possíveis irregularidades em referido pregão, destinado à contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema de videomonitoramento urbano, com valor estimado de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais).

Em sede de análise, a unidade técnica verificou os seguintes indícios de irregularidade, também apontados pelo órgão de controle interno:

- I. o edital exigiu que as licitantes possuíssem sede operacional instalada no Estado de Santa Catarina como condição para participação no certame;
- II. o edital exigiu a prestação de garantia da proposta correspondente a 1% do valor estimado da contratação, configurando restrição indevida à competitividade;
- III. o edital vedou a participação de empresas reunidas em consórcio, sem apresentar justificativa técnica para essa restrição;
- IV. o Estudo Técnico Preliminar não analisou a possibilidade de parcelamento do objeto nem apresentou justificativa para sua contratação em lote único.

Ademais, constava, na documentação encaminhada em referida representação, resposta do jurisdicionado acerca dos questionamentos realizados na ocasião pelo Órgão de Controle Interno, tendo sido informados, pela Secretaria de Segurança Pública jurisdicionada, que:

- as exigências editalícias de sede operacional instalada no Estado de SC buscaram garantir maior segurança na execução contratual;
- a prestação de garantia da proposta protege a municipalidade e possui respaldo em lei;
- a vedação à participação de consórcios teve por finalidade facilitar a fiscalização da futura contratação;
- não houve qualquer prejuízo ao erário pelo não parcelamento do objeto, pois a licitação ainda se encontra em fase externa, e o contrato não foi celebrado.

Na qualidade de Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, elabore manifestação (dispensada a forma), devidamente fundamentada, a respeito dos seguintes pontos:

- A) competência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para análise e julgamento da questão;**
- B) justificativas apresentadas pelo jurisdicionado, indicando quais argumentos merecem acolhimento e quais não afastam as irregularidades constatadas;**
- C) conclusão acerca da existência (ou não) de elementos suficientes para atuação do controle externo;**
- D) proposta de encaminhamento ao Conselheiro Relator, indicando as providências que entende cabíveis, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-SC.**

RASCUNHO

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

QUESTÃO SUBJETIVA 1

João, residente no Município catarinense Alfa, encaminhou ao TCE-SC denúncia de irregularidades na execução de contrato firmado entre a Secretaria de Obras daquele Município e a empresa “Faz Tudo Ltda.”. A denúncia apresentava omissões e lacunas que geraram dúvidas na análise dos fatos denunciados, e que deveriam ser superadas para subsidiar sua análise e instrução.

Para suprir omissões e lacunas e sanar as dúvidas, a unidade de auditoria competente do TCE-SC instaurou um procedimento de fiscalização, colhendo as informações e os documentos pendentes. Para tanto, requereu a planilha de custos integrante do termo de referência e colheu fotografias no local de execução da obra.

Ato contínuo, ao analisar o conteúdo da documentação, a unidade de auditoria concluiu que as irregularidades apontadas procediam, e que havia possíveis danos ao erário, de significativo montante não apurado e quantificado nos autos da denúncia.

Para apurar esses atos, foi instaurado um novo procedimento de fiscalização com a finalidade de apurar a legalidade, a economicidade e a eficiência na execução do contrato e, nesse procedimento, confirmou-se o dano ao erário, sendo identificados os respectivos responsáveis.

Considerando as informações narradas na situação hipotética e as normas de auditoria aplicáveis ao TCE-SC, responda, justificadamente, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique o instrumento de fiscalização adequado para suprir as omissões e lacunas e sanar as dúvidas identificadas no processo de denúncia; indique também quais foram as técnicas de auditoria utilizadas pela equipe de auditoria.**
- B) Identifique o instrumento de fiscalização utilizado para apurar os atos danosos ao erário.**
- C) Para a apuração dos fatos danosos e o registro dos elementos de responsabilização dos envolvidos, indique o papel de trabalho que deve ser utilizado pela equipe de auditoria e apresente os elementos constitutivos desse papel de trabalho.**

RASCUNHO

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

QUESTÃO SUBJETIVA 2

Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, foram identificadas irregularidades na execução de contrato administrativo celebrado por determinado Município, consistentes em sobrepreço, pagamento por serviços não executados e ausência de comprovação de parte das despesas realizadas.

Ao final da instrução, a unidade técnica concluiu pela existência de dano ao erário e propôs a instauração de Tomada de Contas Especial.

Após o julgamento, o Tribunal proferiu decisão pela imputação de débito ao gestor e aplicação de multa.

Inconformado, o responsável pretende impugnar a decisão.

Com base nas disposições da Constituição Federal, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do TCE-SC) e na Resolução N. TC – 06/2021 (Regimento Interno do TCE-SC), responda, de forma fundamentada, em até 30 (trinta) linhas, aos itens a seguir.

- A) Explique a finalidade da Tomada de Contas Especial e indique em quais situações ela é cabível.**
- B) Indique quais decisões poderão ser proferidas pelo TCE-SC ao apreciar uma Tomada de Contas Especial.**
- C) Indique quais recursos poderão ser interpostos contra as decisões do TCE-SC, especificando seus respectivos efeitos.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 3

Durante uma auditoria de conformidade e gestão de riscos, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Ministério do Desenvolvimento Social, a equipe de fiscalização de TI avaliou o processo de especificação de requisitos do novo *Sistema Unificado de Benefícios Sociais*. O projeto, de alta complexidade e forte impacto orçamentário, visa integrar dados de múltiplos órgãos governamentais para automatizar a concessão de auxílios financeiros à população.

Ao analisar o Documento de Especificação de Requisitos de Software (ERS) homologado pela área técnica do Ministério, a equipe de auditoria identificou as seguintes declarações registradas:

- **Declaração 1:** *O sistema deve ser desenvolvido utilizando uma interface web moderna, intuitiva, com design responsivo e amigável, garantindo que qualquer cidadão consiga navegar pelas telas sem dificuldades.*
- **Declaração 2:** *A rotina de cruzamento de dados cadastrais com a base da Receita Federal deve processar os lotes de elegibilidade com alto desempenho, utilizando o mínimo de recursos computacionais possíveis no servidor de aplicação.*
- **Declaração 3:** *O módulo de auditoria interna deve registrar de forma automática, imutável e cronológica o CPF do operador, a data, o horário e o endereço IP de origem de todas as alterações feitas manualmente nos valores dos benefícios concedidos.*

Com o intuito de avaliar a qualidade e a viabilidade da contratação, bem como mitigar os riscos de desperdício de recursos públicos decorrentes de falhas na Engenharia de Requisitos, a equipe de auditores do Tribunal utilizou as definições de Requisitos Funcionais (RF) e Requisitos Não Funcionais (RNF), além dos critérios de qualidade de requisitos (testabilidade, ambiguidade e clareza).

A respeito do caso, responda, em até 30 linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Diferencie Requisitos Funcionais (RF) de Requisitos Não Funcionais (RNF), e identifique qual das três declarações apresentadas no enunciado (Declaração 1, Declaração 2 ou Declaração 3) classifica-se estritamente como um Requisito Funcional.
- B) Explique por que as Declarações 1 e 2 violam a boa prática da Engenharia de Requisitos no tocante à verificabilidade/testabilidade, justificando de que forma essa falta de precisão técnica impacta negativamente as atribuições de fiscalização do Tribunal de Contas no momento do aceite ou da liquidação da despesa contratual.
- C) Analise a Declaração 3 sob a ótica da Gestão de Riscos e Controles Internos, fundamentando tecnicamente a sua importância para a segurança da informação e rastreabilidade no controle Externo. Na condição de Auditor de TI do Tribunal de Contas, caso o órgão alegasse que essa funcionalidade de trilha de auditoria poderia ser descartada para reduzir custos do projeto, avalie essa conduta e proponha uma providência formal que o Tribunal deve adotar para resguardar o erário.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 4

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) instaurou uma auditoria operacional para avaliar o projeto de modernização do *Portal de Serviços ao Cidadão* de uma grande autarquia estadual. O Termo de Referência da contratação definiu que o projeto seria executado por meio do *framework* ágil Scrum, prevendo entregas de *software* em *Sprints* de 3 semanas.

Ao analisar a execução das 4 primeiras *Sprints*, a equipe de auditoria de TI constatou as seguintes situações registradas nas ferramentas de gestão do projeto e nas atas de reunião:

- **Situação 1:** O *Product Backlog* inicial foi integralmente definido, estimado e congelado, logo na primeira semana de projeto pela diretoria da autarquia. Durante a revisão da *Sprint 3*, representantes dos cidadãos apontaram uma mudança urgente na legislação de proteção de dados que exigiria a alteração em 3 histórias de usuário que já estavam planejadas para a *Sprint 4*. O gerente do projeto (atuando no papel de *Product Owner*) recusou a alteração, alegando que "o escopo do projeto já havia sido homologado pela diretoria e que o Scrum exige o cumprimento estrito do planejamento inicial do *backlog* para evitar o desperdício de recursos".
- **Situação 2:** O quadro tático da equipe de desenvolvimento utilizava o método Kanban para gerenciar o fluxo de trabalho diário. Os auditores observaram que a coluna "*Em Teste/Homologação*" acumulava 14 histórias de usuário paradas há mais de duas semanas, enquanto os desenvolvedores continuavam puxando novas tarefas da coluna "*A Fazer*" para a coluna "*Em Desenvolvimento*". A equipe justificou a situação afirmando que o Kanban serve apenas como um mural visual e que a quantidade de tarefas simultâneas em cada coluna é livre, dependendo apenas da velocidade individual de cada programador.

Com base nos conceitos, princípios e boas práticas de gerenciamento de projetos ágeis (Scrum e Kanban), responda, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique o papel responsável por maximizar o valor do produto e gerenciar o *Product Backlog* no *framework* Scrum. Em seguida, diferencie a abordagem de gerenciamento de escopo entre o modelo tradicional (preditivo/cascata) e o modelo ágil.
- B) Avalie a conduta do gestor descrita na Situação 1 à luz do Manifesto Ágil e da mecânica de funcionamento do Scrum. Explique como o *framework* lida com mudanças de requisitos, e justifique se a recusa do gestor em adaptar o *backlog* foi correta ou incorreta perante o interesse público.
- C) Analise tecnicamente a disfunção identificada na utilização do Kanban na Situação 2. Identifique o conceito fundamental do Kanban que foi violado pela equipe e explique o impacto desse problema no fluxo de entrega do projeto. Na condição de Auditor de TI, proponha uma recomendação prática para solucionar o problema de acúmulo de tarefas observado no órgão.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

